

Esta *Fotobiografia de Saber Tropical*, preparada, há ano e meio, para ser a última publicação do IICT, I.P. tinha o prefácio em aberto. Chegou-se a pensar submeter um texto a S.Ex^a Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) e ao Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa (ULisboa) mas afinal coube ao responsável máximo da instituição, que o escreveu e rescreveu ao longo de uma semana marcada por duas preocupações financeiras domésticas (não relacionadas mas ambas instantes e difíceis de retratar): responder a uma auditoria e a uma penhora.

Quero evocar o primeiro contato com o IICT de um economista recém-chegado dos Estados Unidos, onde, ao longo de dez anos, se doutorou em finanças internacionais, matéria que depois ensinou, também num contexto de desenvolvimento internacional. É que esta evocação visa reflectir ao mesmo tempo a abertura á universidade e á empresa, esteios do saber tropical acumulado desde que, há precisamente 130 anos, foi posto á disposição da delegação portuguesa à conferência de Berlim onde, como se sabe, se iriam internacionalizar os problemas africanos.

Depois de um processo de aproximação assente num convénio de 1980 entre o IICT e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), fui nomeado diretor do Centro de Sócioeconomia (CSE), antiga Missão para o Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU), em 23 de outubro de 1985. Foram anos apaixonantes, retratados na página 183 com duas fotografias, uma alusiva à criação da ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, outra à visita do Presidente e Vice-Presidente do IICT.

No início do século, trabalhava na OCDE - onde havia sido eleito presidente do centro de desenvolvimento ó quando o mesmo Presidente se reformou apreensivo com o futuro de uma instituição na esfera do Ministério da Ciência e Tecnologia, que incluía então mais duas dúzias de centros e moradas. E assim, quase sem dar por isso, interessei-me pela lei orgânica que estava em preparação e fui nomeado presidente em 1 de dezembro de 2003, por ocasião da reunião dos Ministros da C&T da CPLP na qual foi decidido alargar o acesso às Coleções Históricas & Científicas (CH&C) na custódia do IICT. A avaliação internacional de 2005 recomendou a consolidação e, quando a tutela passou para o MNE em 2012, restavam quatro centros, tendo o CSE sido extinto. Reproduz-se na página 207 uma fotografia alusiva à criação da ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação ao lado da que ilustra a visita do Presidente e Vice-Presidente do IICT. Quanto à ELO, a ligação antiga aparece no *Relatório sobre Lusofonia Económica* recentemente apresentado ao Primeiro ministro pelo Presidente da CIP, onde a ELO passou a estar integrada, tendo o SENEK contribuído poderosamente para o seu alargamento a setores sociais através de um jantar nas Necessidades em janeiro passado.

Tal como a CPLP, a ELO ainda antes de fundadas, estiveram no princípio, no meio e no fim desta segunda casa, à qual cheguei pela mão de Alfredo de Sousa, criador da Faculdade de Economia (FEUNL) para onde me chamou quando regresssei de Angola, há quase quarenta anos! Assim, CPLP e ELO foram membros fundadores dos órgãos externos do IICT criados na Lei Orgânica de 2003. Esta abertura económica e internacional prenunciava a aproximação à universidade sugerida por Jean-Pierre Contzen, o avaliador internacional dos Laboratórios de Estado, no Relatório solicitado pelo SENEK no inverno de 2012 para corresponder à vontade do Governo de qualquer coisa como òrepensar o projecto do IICT e criar um Arquivo Histórico unificado. Estando nessa altura pronto a regressar à Faculdade, fui aguardando a abertura do concurso para a minha sucessora.

Porém, ao longo de dois anos e meio de aproximação gradual à UNL e à ULisboa, escolheu-se a fusão com esta, ficando atribuições do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) a ser prosseguidas dentro da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: o Decreto-Lei nº 141/2015 hoje publicado deixa às instituições sucessoras margem para acordar uma gestão integrada das CH&C, conforme expresso na última reunião da Direção do IICT. Coube-me assim acompanhar este processo, tentando preservar os valores que me nortearam no CSE e depois na Presidência. Consegui quanto à ELO, até porque entre o IICT passou uns meses na tutela da Presidência do Conselho de Ministros em virtude da preparação do *Relatório sobre Internacionalização e Desenvolvimento* que me fora solicitado. Porém, no que toca à gestão das CH&C, receio ter desaconseguido, como dizem os irmãos angolanos.

A publicação de um *Roteiro das CH&C*, sob a chancela da ULisboa, iria no bom sentido. No início de maio de 2015, convoquei a Unidade de Acompanhamento das CH&C com o propósito de ajudar a definir princípios e procedimentos compatíveis com as recomendações aprovadas em 2003 no Rio de Janeiro e reiteradas em Luanda em 2005, nos termos da chamada *Iniciativa Portuguesa* dos Ministros da C&T da CPLP. Em finais de julho, na sua 329ª reunião, a Direção do IICT chegou a uma posição comum com a direção do Arquivo que se espera ajude a Secretaria de Estado da Cultura, a ULisboa e as restantes partes interessadas a prosseguir as boas práticas nesta matéria. As representações internacionais, designadamente as atribuídas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), também carecem de seguimento.

Esta autobiografia tão original vai na linha da exposição integrada nas comemorações do centenário da República, onde fotografias e textos evocavam elegantemente o presente e o passado¹. Queria pois recordar o que escrevi na abertura do colóquio internacional *Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro*, realizado logo a seguir à mudança de tutela, òem jeito de prestação de contas². Nomeado em substituição, não esperava acompanhar transição tão demorada. Aliás, as atas depois publicadas refletiam uma colaboração iniciada em 2008 com o Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e o Centro de Globalização e Governação da FEUNL³. Colaboração que o decano da seção de economia e finanças da ACL encorajou e permitiu lembrar o seu interesse na crise financeira global com o mote de òsete anos de pastor Jacó servia⁴.

Na hora da despedida, lembro os anos em que a tutela do IICT foi exercida pelo Ministro da C&T com a avaliação constante de Contzen, confrade da ACL e da Academia Real da Bélgica. Permito-me reproduzir um excerto do que escrevi em memória de Mariano Gago. òDurante mais de um lustro, pude apreciar o genuíno interesse que tinha pelo saber tropical e pelas coleções históricas e científicas que o

¹ Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, Lisboa: IICT, 2010.

² Além do autor, o Conselho Científico do colóquio inclui mais dois sócios da Academia das Ciências de Lisboa, Jean-Piere Contzen e Rui Malhó. As atas foram coordenadas por Vitor Rodrigues, Ana Cristina Martins, Maria Cristina Duarte, Maria Otília Carvalho e Luís Frederico Antunes e publicadas em abril de 2013, por ocasião do 130º aniversário do IICT.

³ A 1ª edição de *Writing to Queen while Crises Proceed* anexa às atas citada na nota anterior inclui contribuições do autor, José Fernando Santos, então no MIT, e Rui Malhó.

⁴ A 2ª edição de *Writing to Queen while Crises Proceed*, IICT e CG&G, organizada pelo autor é dedicada à memória de Manuel Jacinto Nunes, e incluiu capítulos adicionais por Rui Vilela Mendes, Renato Flores e Contzen. Contou com o patrocínio da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e foi lançada na Biblioteca Almada Negreiros da FEUNL por Paulo de Pitta e Cunha, decano da seção de economia e finanças, e Kirsty Hayes, Embaixadora do Reino Unido, na presença da viúva e filha do homenageado.

sustentam. Acompanhou com carinho as atividades do projeto de Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar e revelou-se leitor atento da *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força* que reeditei em 2006. Deu ao IICT a representação portuguesa no *Consultative Group for International Agricultural Research* sediado em Washington e a promoção da plataforma africana do *Global Monitoring for Environment and Security* europeu, dita GMES África.

Por ocasião do colóquio de 2012, Gago veio outra vez ao AHU. Nas palavras de abertura, eu próprio especulava daquilo a que Contzen chamou IICT 2.0 poderia apresentar-se por ocasião dos 130 anos da criação da Comissão de Cartografia: ao contrário de todos os outros LE, o IICT desenvolve a sua actividade para o exterior e não num âmbito nacional, o que explica a sua integração no MNE. Justifica-se, também, a necessidade do desenvolvimento de investigação ao mais alto nível em parceria com universidades de excelência no saber tropical

O saber tropical, verdadeira linha de força da história diplomática portuguesa, tem sido mais prosseguido por instituições autónomas, civis e militares, do que pela universidade. Assim a Comissão de Cartografia criada em 1883 passaria por diversos nomes até se transformar na JICU em 1973, incorporando os respetivos AHU e Jardim Museu Agrícola. Se essa estrutura permaneceu até à data enquanto Laboratório de Estado, nem por isso deixou de se alterar após a Lei Orgânica de 2003. Não por acaso, foi nessa altura que adquiriu uma missão no quadro da CPLP, sustentada ao longo da década, sobretudo depois da avaliação internacional de 2006. Também de alargou e aprofundou a ligação à ELO. Aliás, a vocação lusófona do IICT foi ao ponto de ter saído da tutela do Ministério da Educação e Ciência em 2011, no sentido de promover a diplomacia científica e a aproximação à universidade como recomendado em IICT 2.0.

O caminho para a fusão foi facilitado pelos precedentes do Instituto de Tecnologia Nuclear e da própria Universidade Técnica de Lisboa, embora também tenha tido as suas dificuldades. A garantia da marca IICT constante do Decreto-Lei permite preservar a boa vizinhança com o MNE, que herda o Palácio Burnay - símbolo de décadas de quezílias entre o IICT e a antiga Universidade Técnica de Lisboa (à qual um ministro do ultramar o havia afetado no início dos anos sessenta). O gradualismo da transição permitiu ainda montar três doutoramentos financiados pela FCT: Conservação e Restauro com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, Saúde Tropical e Global com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e Gestão e Saber Tropical com FEUNL, Instituto Superior de Agronomia e várias universidades lusófonas, como a Eduardo Mondlane em Maputo. Note-se que *TropiKMan Ph.D.* também recebe apoio do CGIAR.

Para além dos prédios, das coleções e das pessoas, será graças à sua característica de linha de força da história diplomática portuguesa que o saber tropical do IICT continuará a figurar nas paragens da lusofonia global. Dedico assim esta autobiografia a todos os que me ajudaram nesta odisséia de promover um saber tropical apreensível pelas empresas e pelas populações, na base da admirável declaração da CPLP sobre os Objetivos do Milénio, que privilegia o *conhecimento mútuo* e me levou tantas vezes a recordar a Cimeira de 2006 em Bissau⁵.

A dedicatória vai não só para as chefias - como o Dr. Antonio Melo, que substituiu o meu predecessor e está hoje no Tribunal de Contas, a Eng^a Cristina Tomé, que lhe sucedeu e hoje CFO da RTP, e as atuais directoras de serviço (Doutoras Ana Morgado e

⁵ Por todos Não esquecer Bissau, *Cooperação*, série II, nº 1, 2006, pp. 15-16 estando uma versão completa disponível no blogue História Lusófona do IICT de 5 novembro.

Conceição Casanova) - mas também a todos e cada um dos colaboradores. Sem os heroicos investigadores do *Compromisso com a Ciência* e outros bolseiros da FCT, muitos dos quais colaboraram nesta obra, para além das duas coordenadoras, não teria sido credível a aproximação à universidade que um SENEAC desejou no inverno de 2012 e outro consumou no verão de 2015. Três Luíses, contando com o que reinava em 19 de Abril de 1883.

Palácio Burnay, 31 julho 2015

Jorge Braga de Macedo